

# SUMÁRIO

---

|                                               |           |
|-----------------------------------------------|-----------|
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS .....</b> | <b>25</b> |
|-----------------------------------------------|-----------|

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b> | <b>27</b> |
|-------------------------|-----------|

## *Capítulo 1*

|                                                          |           |
|----------------------------------------------------------|-----------|
| <b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PROCESSO LEGISLATIVO.....</b> | <b>29</b> |
|----------------------------------------------------------|-----------|

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. PROCESSO E PROCEDIMENTO .....                                                | 29 |
| 1.1. Procedimentos legislativos.....                                            | 30 |
| 1.2. Fontes das normas sobre processo legislativo .....                         | 32 |
| 2. PRINCÍPIOS DO PROCESSO LEGISLATIVO.....                                      | 33 |
| 2.1. Princípio da separação de poderes .....                                    | 34 |
| 2.2. Princípio da não convalidação das nulidades .....                          | 36 |
| 2.3. Princípio da controlabilidade (ou do controle de constitucionalidade)..... | 36 |
| 2.4. Princípio da simetria .....                                                | 37 |
| 2.5. Princípio democrático .....                                                | 38 |
| 2.5.1. Democracia direta (participativa).....                                   | 38 |
| 2.5.2. Democracia indireta (representativa) .....                               | 38 |
| 2.5.3. Democracia semidireta (mista) .....                                      | 39 |
| 2.5.3.1. Institutos da democracia semidireta .....                              | 39 |
| 2.6. Princípio da publicidade.....                                              | 43 |
| 2.7. Princípio da oralidade .....                                               | 45 |
| 2.8. Princípio da separação entre a discussão e a votação/preclusão.....        | 46 |
| 2.9. Princípio do bicameralismo.....                                            | 47 |
| 2.10. Princípio do devido processo legislativo.....                             | 48 |
| 2.11. Princípio da unidade de legislatura.....                                  | 50 |
| 3. OBJETO DO PROCESSO LEGISLATIVO.....                                          | 52 |
| 3.1. Leis como atos jurídicos de Direito Público.....                           | 53 |
| 3.2. Existência, validade e eficácia da norma .....                             | 53 |
| 4. ESPÉCIES NORMATIVAS: ANÁLISE DO PRINCÍPIO HIERÁRQUICO DAS NORMAS .....       | 55 |

|                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------|----|
| 4.1. Hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos ..... | 57 |
| 4.2. Os regimentos internos dos tribunais: hierarquia legal? .....       | 60 |

## Capítulo 2

### **PROCEDIMENTO LEGISLATIVO COMUM (APROVAÇÃO DE LEIS ORDINÁRIAS)..... 65**

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO .....                                                                           | 66  |
| 1.1. Fase preliminar: a iniciativa .....                                                                        | 66  |
| 1.1.1. Iniciativa “privativa” (ou reservada ou exclusiva) .....                                                 | 67  |
| 1.1.1.1. Presidente da República .....                                                                          | 68  |
| 1.1.1.1.1. Fundamentos .....                                                                                    | 68  |
| 1.1.1.1.2. Análise das hipóteses constitucionais.....                                                           | 71  |
| 1.1.1.1.3. Discussão: pode o Legislativo propor projetos de lei sobre políticas públicas? .....                 | 84  |
| 1.1.1.2. Tribunais .....                                                                                        | 89  |
| 1.1.1.3. Ministério Público da União .....                                                                      | 89  |
| 1.1.1.4. Câmara dos Deputados e Senado Federal .....                                                            | 90  |
| 1.1.1.5. Iniciativa privativa e “carona” .....                                                                  | 91  |
| 1.1.2. Iniciativa concorrente .....                                                                             | 93  |
| 1.1.3. Iniciativa geral ou comum .....                                                                          | 93  |
| 1.1.4. Iniciativa popular.....                                                                                  | 95  |
| 1.1.4.1. Considerações gerais .....                                                                             | 95  |
| 1.1.4.1.1. Direito Comparado.....                                                                               | 95  |
| 1.1.4.1.1.1. Dois modelos de iniciativa popular: a iniciativa popular não vinculante e a “semivinculante” ..... | 96  |
| 1.1.4.1.1.1.1. Modelo da iniciativa popular “semivinculante”....                                                | 97  |
| 1.1.4.1.1.1.2. Modelo da iniciativa popular não vinculante...                                                   | 100 |
| 1.1.4.1.1.1.3. Projetos de lei de iniciativa popular podem sofrer emendas? .....                                | 103 |
| 1.1.4.1.2. Iniciativa popular no ordenamento brasileiro.....                                                    | 104 |
| 1.1.4.1.2.1. Nível federal.....                                                                                 | 104 |

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.1.4.1.2.1.1. A Experiência de projetos de iniciativa popular na esfera federal.....                                   | 107 |
| 1.1.4.1.2.1.2. Conclusões parciais .....                                                                                | 114 |
| 1.1.4.2. Matérias que podem ser tratadas por meio de iniciativa popular .....                                           | 114 |
| 1.1.4.3. Iniciativa popular e o paradoxo da democracia..                                                                | 115 |
| 1.1.4.4. Iniciativa popular em âmbito estadual e municipal .....                                                        | 122 |
| 1.2. Fase constitutiva.....                                                                                             | 123 |
| 1.2.1. Deliberação legislativa (parlamentar).....                                                                       | 124 |
| 1.2.1.1. Discussão.....                                                                                                 | 124 |
| 1.2.1.1.1. A análise do PL pelas comissões.....                                                                         | 126 |
| 1.2.1.1.1.1. Sistemas de comissões no direito comparado .....                                                           | 127 |
| 1.2.1.1.1.2. Espécies de comissões no direito brasileiro: as comissões de admissibilidade e as comissões de mérito..... | 129 |
| 1.2.1.1.1.3. Formas de manifestação das comissões .....                                                                 | 129 |
| 1.2.1.2. Votação .....                                                                                                  | 144 |
| 1.2.1.3. Resultado da votação .....                                                                                     | 149 |
| 1.2.1.4. Revisão .....                                                                                                  | 156 |
| 1.2.2. Deliberação executiva (sanção ou veto) .....                                                                     | 167 |
| 1.2.2.1. Sanção .....                                                                                                   | 168 |
| 1.2.2.2. Veto .....                                                                                                     | 174 |
| 1.3. Fase Complementar.....                                                                                             | 186 |
| 1.3.1. Promulgação.....                                                                                                 | 187 |
| 1.3.2. Publicação.....                                                                                                  | 190 |
| 1.3.2.1. <i>Vacatio Legis</i> .....                                                                                     | 191 |
| 2. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (REGIME DE URGÊNCIA CONSTITUCIONAL – ART. 64, §§ 1º A 4º).....                            | 193 |
| 2.1. Esclarecimento prévio .....                                                                                        | 193 |
| 2.2. Legitimidade para requerer a urgência .....                                                                        | 193 |
| 2.3. Projetos em que pode ser requerida urgência .....                                                                  | 194 |
| 2.4. Prazos .....                                                                                                       | 195 |
| 2.4.1. Suspensão durante o recesso do Congresso Nacional .....                                                          | 196 |

|        |                                                                                              |     |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.5.   | Diferenças em relação à urgência regimental .....                                            | 198 |
| 2.5.1. | Apreciação crítica sobre a constitucionalidade e a conveniência da urgência regimental ..... | 199 |
| 3.     | PROCEDIMENTO COMUM ABREVIADO (CF, ART. 58, § 2º, I) .....                                    | 202 |
| 3.1.   | Objeto .....                                                                                 | 202 |
| 3.2.   | Competência para a análise em caráter terminativo ou conclusivo.....                         | 203 |
| 3.3.   | Recurso contra a decisão das comissões .....                                                 | 203 |
| 3.4.   | Análise crítica.....                                                                         | 204 |

### Capítulo 3

|                                                   |                                                                 |            |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------|
| <b>PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS ESPECIAIS .....</b> |                                                                 | <b>205</b> |
| 1.                                                | LEIS ORÇAMENTÁRIAS .....                                        | 206        |
| 1.1.                                              | Iniciativa .....                                                | 207        |
| 1.2.                                              | Deliberação parlamentar .....                                   | 209        |
| 1.3.                                              | Emendas.....                                                    | 210        |
| 1.3.1.                                            | Legitimidade.....                                               | 210        |
| 1.3.2.                                            | Limites.....                                                    | 210        |
| 1.3.2.1.                                          | Projeto de LOA.....                                             | 211        |
| 1.3.2.1.1.                                        | Emendas de execução obrigatória<br>("emendas impositivas")..... | 212        |
| 1.3.2.2.                                          | Projeto de LDO .....                                            | 212        |
| 1.3.2.3.                                          | Projeto de PPA .....                                            | 212        |
| 1.3.3.                                            | Pertinência temática .....                                      | 213        |
| 1.4.                                              | Rejeição .....                                                  | 214        |
| 1.5.                                              | Sanção e veto .....                                             | 215        |
| 2.                                                | EMENDAS À CONSTITUIÇÃO .....                                    | 216        |
| 2.1.                                              | Conceito e objeto.....                                          | 216        |
| 2.2.                                              | Limites ao poder de emenda.....                                 | 218        |
| 2.2.1.                                            | Limitações Procedimentais ou Formais .....                      | 219        |
| 2.2.1.1.                                          | Iniciativa.....                                                 | 219        |
| 2.2.1.1.1.                                        | Iniciativa parlamentar .....                                    | 219        |
| 2.2.1.1.2.                                        | Iniciativa executiva.....                                       | 221        |
| 2.2.1.1.3.                                        | Iniciativa federativa.....                                      | 221        |
| 2.2.1.1.4.                                        | Iniciativa popular de emenda consti-<br>tucional?.....          | 221        |
| 2.2.1.1.5.                                        | Iniciativa privativa em PEC? .....                              | 222        |
| 2.2.1.1.5.1.                                      | Estados, DF e Municípios .....                                  | 225        |

|            |                                                                            |     |
|------------|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.2.1.2.   | Número de turnos.....                                                      | 225 |
| 2.2.1.3.   | Quórum.....                                                                | 228 |
| 2.2.1.3.1. | Quórum de PEC na esfera estadual .....                                     | 229 |
| 2.2.1.4.   | Irrepetibilidade absoluta na mesma sessão legislativa.....                 | 229 |
| 2.2.1.5.   | Quadro comparativo entre a tramitação de PEC e PL .....                    | 230 |
| 2.2.2.     | Limitações circunstanciais .....                                           | 230 |
| 2.2.3.     | Limitações Materiais (cláusulas pétreas) .....                             | 233 |
| 2.2.3.1.   | Cláusulas pétreas implícitas e o caso especial dos direitos sociais .....  | 235 |
| 2.2.4.     | Limitações Temporais .....                                                 | 235 |
| 2.3.       | Tramitação .....                                                           | 235 |
| 2.3.1.     | Casa Iniciadora .....                                                      | 235 |
| 2.3.2.     | Apresentação de emendas à PEC.....                                         | 238 |
| 2.3.3.     | Tramitação da PEC em caso de emenda.....                                   | 239 |
| 2.3.4.     | O regime das “PECs paralelas” .....                                        | 244 |
| 2.3.5.     | Inexistência da fase de deliberação executiva .....                        | 245 |
| 2.3.6.     | Promulgação.....                                                           | 245 |
| 2.3.7.     | Publicação.....                                                            | 246 |
| 3.         | LEIS COMPLEMENTARES .....                                                  | 248 |
| 3.1.       | Conceito .....                                                             | 248 |
| 3.2.       | Objeto (matéria) .....                                                     | 249 |
| 3.2.1.     | Matéria de lei complementar e simetria .....                               | 251 |
| 3.3.       | Quórum .....                                                               | 252 |
| 3.4.       | Hierarquia .....                                                           | 254 |
| 3.5.       | Conflitos entre lei ordinária e lei complementar.....                      | 256 |
| 3.5.1.     | Primeiro conflito: lei ordinária invade o assunto de lei complementar..... | 256 |
| 3.5.2.     | Segundo conflito: lei complementar invade assunto de lei ordinária .....   | 257 |
| 3.5.3.     | Quadro: diferenças entre lei complementar e lei ordinária .....            | 260 |
| 4.         | LEIS DELEGADAS.....                                                        | 260 |
| 4.1.       | Considerações gerais e origens históricas .....                            | 260 |
| 4.2.       | Atribuição .....                                                           | 261 |
| 4.3.       | Matérias indelegáveis.....                                                 | 261 |
| 4.3.1.     | Matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional                    |     |

|        |                                                                                                                  |     |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|        | ou de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (art. 68, § 1º, <i>caput</i> ) .....    | 262 |
| 4.3.2. | Matérias reservadas à regulamentação por lei complementar (art. 68, § 1º, <i>caput</i> ).....                    | 262 |
| 4.3.3. | Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público e as garantias dos seus membros (art. 68, § 1º, I) ..... | 262 |
| 4.3.4. | Nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais (art. 68, § 1º, II).....                  | 263 |
| 4.3.5. | Planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos (art. 68, § 1º, III) .....                             | 263 |
| 4.4.   | Delegação .....                                                                                                  | 264 |
| 4.4.1. | Iniciativa .....                                                                                                 | 264 |
| 4.4.2. | Forma.....                                                                                                       | 264 |
| 4.4.3. | Termos e limites da delegação .....                                                                              | 266 |
|        | 4.4.3.1. Delegação própria (ou típica) .....                                                                     | 267 |
|        | 4.4.3.2. Delegação imprópria (ou atípica).....                                                                   | 267 |
| 4.4.4. | Controle da delegação pelo Congresso Nacional .....                                                              | 267 |
| 4.5.   | Algumas questões teóricas .....                                                                                  | 268 |
| 5.     | DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES.....                                                                          | 268 |
| 5.1.   | Nomenclatura.....                                                                                                | 269 |
| 5.2.   | Hierarquia .....                                                                                                 | 269 |
| 5.3.   | Iniciativa .....                                                                                                 | 269 |
| 5.4.   | Sanção e veto .....                                                                                              | 270 |
| 5.5.   | Distinções .....                                                                                                 | 270 |
|        | 5.5.1. Considerações gerais.....                                                                                 | 270 |
|        | 5.5.2. Competência.....                                                                                          | 271 |
|        | 5.5.3. Matéria .....                                                                                             | 272 |
|        | 5.5.4. Efeitos.....                                                                                              | 272 |
| 6.     | MEDIDAS PROVISÓRIAS .....                                                                                        | 273 |
| 6.1.   | Antecedentes históricos e direito comparado .....                                                                | 273 |
|        | 6.1.1. A Legislação pelo Poder Executivo: aspectos históricos ....                                               | 274 |
|        | 6.1.2. Antecedentes no Direito Brasileiro: os Decretos-Lei .....                                                 | 275 |
|        | 6.1.3. Antecedentes no Direito Comparado: os <i>provvedimenti provvisori</i> italianos e outros casos .....      | 276 |
|        | 6.1.4. Medida provisória no Brasil: a “primeira geração” (redação original do art. 62).....                      | 279 |
|        | 6.1.5. Medida provisória no Brasil: a “segunda geração” (art. 62, na redação da EC 32/01).....                   | 280 |

|            |                                                                                                                                         |     |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.2.       | Conceito .....                                                                                                                          | 281 |
| 6.3.       | Pressupostos de validade.....                                                                                                           | 282 |
| 6.3.1.     | Controle dos pressupostos .....                                                                                                         | 292 |
| 6.3.1.1.   | Controle prévio .....                                                                                                                   | 292 |
| 6.3.1.2.   | Controle posterior.....                                                                                                                 | 292 |
| 6.3.1.2.1. | Controle pelo Legislativo .....                                                                                                         | 292 |
| 6.3.1.2.2. | Controle judicial .....                                                                                                                 | 293 |
| 6.4.       | Competência .....                                                                                                                       | 301 |
| 6.5.       | Limitações materiais .....                                                                                                              | 303 |
| 6.5.1.     | Fundo Social de Emergência.....                                                                                                         | 303 |
| 6.5.2.     | Exploração de gás natural canalizado pelos Estados-membros.....                                                                         | 303 |
| 6.5.3.     | Regulamentação de matérias objeto de emenda constitucional promulgada entre 1º de janeiro de 1995 e 11 de setembro de 2001 .....        | 303 |
| 6.5.4.     | Vedações expressas no art. 62, § 1º .....                                                                                               | 305 |
| 6.5.4.1.   | Nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.....                                               | 305 |
| 6.5.4.2.   | Direito penal, processual penal e processual civil.....                                                                                 | 305 |
| 6.5.4.2.1. | O caso do Estatuto de Desarmamento.....                                                                                                 | 306 |
| 6.5.4.2.2. | O caso da MP nº 633/13.....                                                                                                             | 307 |
| 6.5.4.3.   | Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.....                                   | 307 |
| 6.5.4.4.   | Planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares .....                                     | 308 |
| 6.5.4.5.   | Detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.....                                              | 310 |
| 6.5.4.5.1. | O caso da MP nº 577/12 (intervenção nas empresas concessionárias de energia elétrica).....                                              | 311 |
| 6.5.4.6.   | Matéria reservada à lei complementar.....                                                                                               | 312 |
| 6.5.4.7.   | Matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República..... | 315 |
| 6.5.5.     | Vedações implícitas.....                                                                                                                | 316 |
| 6.5.6.     | Medida provisória pode criar tributos ou majorar-lhes a alíquota? .....                                                                 | 318 |

|            |                                                                                                          |     |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.6.       | Efeitos .....                                                                                            | 319 |
| 6.7.       | Prazos .....                                                                                             | 320 |
| 6.8.       | Tramitação .....                                                                                         | 326 |
| 6.8.1.     | Comissão mista .....                                                                                     | 327 |
| 6.8.1.1.   | Origem, papel e função da comissão mista de medida provisória .....                                      | 328 |
| 6.8.1.2.   | Análise crítica sobre o papel da comissão mista...                                                       | 331 |
| 6.8.2.     | Emendas à MP .....                                                                                       | 332 |
| 6.8.2.1.   | Inserção de matéria estranha à MP via emenda....                                                         | 333 |
| 6.8.2.1.1. | Possível violação à separação de poderes (CF, art. 2º) e à reserva de iniciativa .....                   | 335 |
| 6.8.2.1.2. | Matéria estranha e violação ao devido processo legislativo.....                                          | 337 |
| 6.8.2.2.   | Emenda à MP pode tratar de matéria vedada à própria MP? .....                                            | 339 |
| 6.8.2.3.   | “MP Paralela”? .....                                                                                     | 340 |
| 6.9.       | Rejeição .....                                                                                           | 345 |
| 6.9.1.     | Irrepetibilidade .....                                                                                   | 345 |
| 6.9.2.     | Efeitos concretos já produzidos pela MP.....                                                             | 349 |
| 6.10.      | Aprovação.....                                                                                           | 353 |
| 6.10.1.    | Aprovação sem emendas (de conteúdo).....                                                                 | 353 |
| 6.10.2.    | Aprovação com emendas (de conteúdo) .....                                                                | 354 |
| 6.10.3.    | Resumo sobre a tramitação da MP .....                                                                    | 355 |
| 6.10.4.    | Esquema sobre a tramitação da MP dentro do Congresso Nacional.....                                       | 355 |
| 6.10.5.    | Esquema sobre a tramitação da MP entre os poderes .....                                                  | 356 |
| 6.11.      | Outras questões polêmicas .....                                                                          | 356 |
| 6.11.1.    | O Presidente da República pode retirar MP já editada? .....                                              | 356 |
| 6.11.2.    | O Presidente da República pode editar uma MP revogando outra MP? .....                                   | 357 |
| 6.11.3.    | O que aconteceu com as medidas provisórias que estavam em vigor quando da promulgação da EC 32/01? ..... | 360 |
| 6.12.      | As alterações propostas na PEC 01/2011 .....                                                             | 361 |
| 6.13.      | Alterações sugeridas ao regime das MPs .....                                                             | 362 |
| 7.         | DECRETOS AUTÔNOMOS .....                                                                                 | 363 |

*Capítulo 4*

|                                                                                                                                                         |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO .....</b>                                                                                  | <b>365</b> |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                        | 366        |
| 1. NOÇÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....                                                                                                       | 366        |
| 2. CONTROLE POLÍTICO .....                                                                                                                              | 367        |
| 2.1. A sustação de atos normativos pelo Poder Legislativo (CF, art. 49, V) .....                                                                        | 369        |
| 2.1.1. Origem da norma .....                                                                                                                            | 369        |
| 2.1.2. Natureza do controle consubstanciado no ato de sustação .....                                                                                    | 370        |
| 2.1.3. Motivos da sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem os limites do poder regulamentar .....                                   | 371        |
| 2.1.4. Atos passíveis de sustação .....                                                                                                                 | 373        |
| 2.1.5. Efeitos jurídicos do ato de sustação .....                                                                                                       | 374        |
| 3. CONTROLE JURISDICIONAL .....                                                                                                                         | 375        |
| 3.1. Esclarecimento prévio: a distinção entre controle concentrado e abstrato e entre controle difuso e concreto .....                                  | 375        |
| 3.2. Controle concentrado .....                                                                                                                         | 378        |
| 3.2.1. Cabimento de ADI contra medida provisória por ausência dos pressupostos constitucionais .....                                                    | 382        |
| 3.2.2. Conversão da medida provisória em lei depois do ajuizamento da ADI.....                                                                          | 388        |
| 3.2.3. Cabimento de ADPF para questionar os efeitos de medida provisória rejeitada.....                                                                 | 389        |
| 3.3. Controle difuso .....                                                                                                                              | 389        |
| 3.4. Atos do processo legislativo excluídos do controle judicial.....                                                                                   | 392        |
| 3.5. O papel do Senado Federal na ampliação dos efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade em controle difuso (art. 52, X, da CF)..... | 395        |
| 4. O CONTROLE DA OMISSÃO LEGISLATIVA .....                                                                                                              | 399        |
| 4.1. Mandado de injunção .....                                                                                                                          | 399        |
| 4.1.1. Natureza .....                                                                                                                                   | 400        |
| 4.1.2. Hipóteses de cabimento.....                                                                                                                      | 400        |
| 4.1.2.1. Ausência de norma regulamentadora de direito assegurado na Constituição .....                                                                  | 400        |
| 4.1.2.1.1. Não cabimento de MI para obter a regulamentação de norma infraconstitucional .....                                                           | 401        |

|            |                                                                                                             |     |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1.2.2.   | Espécie de norma regulamentadora cuja ausência pode ser combatida.....                                      | 403 |
| 4.1.2.3.   | Omissões de atos do processo legislativo.....                                                               | 405 |
| 4.1.3.     | Efeitos da decisão.....                                                                                     | 406 |
| 4.2.       | Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO: art. 103, § 2º).....                                 | 409 |
| 4.3.       | Distinções entre ADO e MI.....                                                                              | 410 |
| 5.         | CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DURANTE O PROCESSO LEGISLATIVO.....                                         | 410 |
| 5.1.       | Meios formais ou expressos.....                                                                             | 411 |
| 5.1.1.     | Mecanismo do Executivo: veto por inconstitucionalidade.....                                                 | 411 |
| 5.1.2.     | Mecanismo do Judiciário: mandado de segurança preventivo.....                                               | 412 |
| 5.1.3.     | Mecanismos do Legislativo.....                                                                              | 412 |
| 5.1.3.1.   | Parecer da CCJ (ou de outra comissão, no caso do Senado Federal).....                                       | 412 |
| 5.1.3.2.   | Devolução de proposição manifestamente inconstitucional pelo Presidente da Casa.....                        | 413 |
| 5.1.3.3.   | Apresentação de emenda saneadora de inconstitucionalidade.....                                              | 417 |
| 5.2.       | Meios informais ou implícitos.....                                                                          | 418 |
| 5.2.1.     | Retirada da proposição pelo autor, quando há indícios de inconstitucionalidade (formal ou material).....    | 420 |
| 5.2.2.     | Devolução de relatoria.....                                                                                 | 421 |
| 5.2.3.     | Engavetamento.....                                                                                          | 422 |
| 5.2.4.     | Apresentação de voto em separado baseado em argumentos de inconstitucionalidade.....                        | 423 |
| 5.3.       | Síntese dos meios formais e informais de controle preventivo.....                                           | 425 |
| 5.4.       | O controle de constitucionalidade por meio de mecanismos formais no âmbito das comissões: dois modelos..... | 425 |
| 5.4.1.     | A distinção entre o controle difuso e o controle concentrado no âmbito do Poder Legislativo.....            | 426 |
| 5.4.2.     | Modelo “concentrado”: a Câmara dos Deputados.....                                                           | 428 |
| 5.4.2.1.   | Procedimento comum ordinário (apreciação de PL com votação pelo Plenário).....                              | 429 |
| 5.4.2.1.1. | O caso específico do PL submetido a comissão especial.....                                                  | 431 |

|          |                                                                                                      |     |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.4.2.2. | Procedimento comum abreviado (apreciação de PL com votação pelas comissões) – poder conclusivo ..... | 431 |
| 5.4.2.3. | Procedimento especial: apreciação de PEC .....                                                       | 433 |
| 5.4.2.4. | Conclusões parciais .....                                                                            | 433 |
| 5.4.3.   | Modelo “difuso”: o Senado Federal .....                                                              | 434 |
| 5.4.3.1. | PL em procedimento comum ordinário, ouvida a CCJ .....                                               | 436 |
| 5.4.3.2. | PL em procedimento comum ordinário, sem a oitiva da CCJ .....                                        | 437 |
| 5.4.3.3. | PL em procedimento abreviado, com a participação da CCJ .....                                        | 438 |
| 5.4.3.4. | PL em procedimento abreviado, sem a participação da CCJ .....                                        | 439 |
| 5.4.3.5. | Procedimento especial: PEC .....                                                                     | 441 |
| 5.4.3.6. | Conclusões parciais .....                                                                            | 444 |
| 6.       | LIMITES DA FISCALIZAÇÃO JUDICIAL SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO ....                                   | 444 |

### Capítulo 5

## **NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA (ANOTAÇÕES À LC Nº 95/98) .. 447**

|        |                                                                                   |     |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.     | FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL .....                                                | 447 |
| 2.     | CARACTERÍSTICAS DO ATO LEGISLATIVO .....                                          | 449 |
| 2.1.   | Juridicidade .....                                                                | 450 |
| 2.1.1. | O problema das “leis (meramente) autorizativas” .....                             | 451 |
| 2.2.   | Tecnicidade .....                                                                 | 454 |
| 3.     | BREVES COMENTÁRIOS À LEI DE TÉCNICA LEGISLATIVA (LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98) ..... | 454 |
| 3.1.   | A questão da numeração das leis .....                                             | 479 |
| 4.     | LEGÍSTICA MATERIAL: NOÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DE IMPACTO LEGISLATIVO .....           | 481 |
| 4.1.   | Justificação .....                                                                | 481 |
| 4.2.   | Alguns métodos de avaliação de impacto legislativo .....                          | 483 |

## **POSFÁCIO À 5ª EDIÇÃO ..... 489**

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| O “processo legislativo improvisado” durante a pandemia de Covid-19 ..... | 489 |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|

## **BIBLIOGRAFIA ..... 493**